



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 2022.08.12.0003, de 12/08/2022.

REQUERENTE: **Secretaria Municipal de Saúde**

ASSUNTO: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico.

PARECER Nº 38/2023 – PGM

I – DO INTRÓITO

A presente manifestação, visa orientar a Autoridade Assessorada no controle interno de atos administrativos, à guisa de fazer valer os princípios implícitos e explícitos do art.37 da Constituição da República Federativa do Brasil (L I M P E), além de assegurar a moralidade administrativa e a legalidade estrita enquanto matérias de ordem pública.

Trata-se de solicitação encaminhada a esta PGM da lavra do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão, em atendimento ao art. 38, da Lei Federal nº 8.666/1993, para proceder à análise da Minuta de Edital do **Pregão Eletrônico oriundo do processo administrativo em epígrafe** e seus anexos, do tipo **Menor Preço**, cujo objeto é a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de Fraldas Descartáveis e com isso, atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Anajatuba/MA**, conforme encaminhamento alhures citado às fls.02-03, com Especificações às fls.04-06.

Ato contínuo, consta também dos autos, Termo de Referência (fls.07-17) e ANEXO I (fls.18-19) mediante APROVAÇÃO, (fls.17), com anexo às fls.27-36 assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão, oportunidade em que se fez constar, Pesquisa Mercadológica às fls.21-41, e Mapa de Apuração às fls.42-45, com todas as especificações do objeto licitado, tudo em conformidade com a IN nº 73/2020, vide arts.5º e 6º, de acordo com Relatório de Pesquisa de Mercado às fls.46, devidamente cancelado pelo Assessor Técnico Paulo Henrique Silva Azevedo, **cujo valor apurado, orçou R\$ 157.150,00 (cento e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta reais)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado citado alhures e novamente citado Mapa de Apuração às fls.42-45, dos autos em epígrafe.

Convém ainda informar que os autos encontram-se instruídos na forma da Lei, com encaminhamento ao setor de contabilidade, devidamente assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão, às fls.32, com vistas de obter informações quando a existência de Dotação Orçamentária para realização da despesa.

Em solicitação às fls.48 e despacho às fls.49, o Contador JADEVALDO CUZ RIBEIRO, CRC nº 013047/O-5 MA, *apresentou como elemento de despesa, a Rubrica sob o nº 33.90.30.00*, com vistas de cobrir a citada despesa.

Ato contínuo, consta o AUTORIZO do Ordenador de Despesas (fls.50), acompanhado de encaminhamento e Parecer de Conformidade nº 218/2022-CGM, devidamente assinado pelo Controlador Interno, Dr. Gicivaldo Nunes Machado às fls.51-52. Em seguida, o Ordenador de Despesas alhures citado, aprovou e autorizou quanto a abertura de procedimento licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço por item, conforme documento às fls.53, com Termo de Designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio e Publicações às fls.54-59 e Autuação do Processo às fls.60.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O valor global estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 157.150,00 (cento e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta reais)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado citado alhures e novamente citado Mapa de Apuração às fls.42-45, dos autos em epígrafe.

O presente processo licitatório encontra-se instruído, constando nos autos os seguintes documentos que passarei a decifrar:

- Capa do Processo (sem número);
- Capa do Processo (sem número);
- Termo de Abertura de Processo (fls.01);
- Encaminhamento e anexos assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão (fls.02-06);
- Termo de Referência (fls.07-17);
- Planilha de Especificação (fls.18-19);
- Pesquisa Mercadológica (fls.20-41);
- Mapa de Apuração (fls.42-45);
- Relatório de Pesquisa de Mercado (fls.46);
- Despacho ao Setor Contábil e retorno assinado pelo Contador Jadevaldo Cruz Ribeiro, CRC nº 013047/O-5 MA (fls.47-19);
- Autorizo do Ordenador e Solicitação de Parecer de Conformidade ao Controle Interno (fls.50);
- Parecer de Conformidade nº 218/2022 (fls.51-52);
- Autorizo de Instauração de Processo Licitatório assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão (fls.53);
- Termo de designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio e Publicações (fls.54-59);
- Autuação do Processo (fls.60);
- Encaminhamento à PGM (fls.61);
- Edital de Minuta e Edital e Contrato de Pregão Eletrônico e anexos (fls.62-126);
- Despachos e Encaminhamentos pertinentes.

Vale ressaltar que o processo já fora objeto de análise por parte desta PGM através de emissão de Parecer nº 225/2022-PGM, de 08/12/2022, às fls.127-131 dos autos em epígrafe. Ato contínuo, seguem os seguintes documentos: EDITAL E ANEXOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (fls.132-196); Certidão de Fixação do Edital no Mural de Avisos (fls.197); Aviso de Licitação Pública – Pregão Eletrônico SRP nº 063/2022 e Publicações (fls.198-204); RELATÓRIO DE PROPOSTA REGISTRADA (fls.205-223); Juntada de Habilitação da empresa IRARA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 27.989.940/0001-01 (fls.224-291); Juntada de Proposta de Preços Readequada da empresa IRARA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 27.989.940/0001-01 (fls.292-297); Juntada de Diligências da empresa IRARA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 27.989.940/0001-01 (fls.298-299); Juntada de Proposta de Preços da empresa EXPANSÃO COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 31.504.0008/0001-19 (fls.300-367); Juntada de Validação de Proposta de Preços da empresa EXPANSÃO COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 31.504.0008/0001-19 (fls.368-379); Juntada de Proposta de Preços Readequada da empresa EXPANSÃO COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 31.504.0008/0001-19 (380-385); Juntada de Diligências da empresa EXPANSÃO COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 31.504.0008/0001-19 (fls.386-397); Juntada de Proposta de Preços da empresa F M MEIRA LTDA, CNPJ Nº 38.715.572/0001-20 (fls.398-459); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa F M MEIRA LTDA, CNPJ Nº 38.715.572/0001-20 (fls.460-485); Juntada de Proposta de Preços da empresa F DE N J



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17 (fls.486-575); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa F DE N J LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17 (fls.575-594); Juntada de Proposta de Preços Readequada da empresa F DE N J LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17 (fls.595-599); Juntada de Diligências da empresa F DE N J LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17 (fls.600-604); ATA FINAL (fls.605-628); TERMO DE ADJUDICAÇÃO (fls.629-630); VENCEDORES DO PROCESSO (fls.631-632); RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2022 com RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO e Publicação (fls.633-634); RELATÓRIO com RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO (fls.635); Reenvio à PGM (fls.636).

Observo nos autos, que o valor global inicialmente estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 157.150,00 (cento e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta reais)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado citado alhures e novamente citado Mapa de Apuração às fls.42-45, dos autos em epígrafe. A partir das fases ATA FINAL (fls.605-628); TERMO DE ADJUDICAÇÃO (fls.629-630); VENCEDORES DO PROCESSO (fls.631-632); RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2022 com RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO e Publicação (fls.633-634); RELATÓRIO com RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO (fls.635), constato que a empresa EXPANSÃO COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 31.504.000001-19, sagrou-se vencedora no valor adjudicado de R\$ 19.980,00 (dezenove mil novecentos e oitenta reais), a empresa F DE N J LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17, sagrou-se vencedora no valor adjudicado de R\$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), a empresa F M MEIRA EIRELI, CNPJ Nº 38.715.572/0001-20, sagrou-se no valor adjudicado de R\$ 51.790,00 (cinquenta e um mil, setecentos e noventa reais), **perfazendo um VALOR TOTAL ADJUDICADO de R\$ 119.170,00 (cento e dezenove mil, cento e setenta reais), o que representa uma baixa em relação à pesquisa mercadológica inicial de R\$ 37.982,00 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais), revelando, dessa forma, economicidade e vantajosidade na pretensa contratação.**

É o breve relatório. Passamos a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

1. Considerações iniciais

Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de *natureza técnica ou administrativa*. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

2. Da análise da demanda

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linhas gerais no art. 38 da Lei nº 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

referido artigo e a Minuta do Edital apresentada pela *Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA*. Vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo **[feito]**, devidamente autuado **[feito]**, protocolado e numerado **[feito]**, contendo a autorização respectiva **[feito]**, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa **[o Edital]**, e ao qual serão juntados oportunamente:

- I. edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso **[feito]**;
- II. comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite **[feito]**;
- III. ato de designação da comissão de licitação do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite **[feito]**;
- IV. original das propostas e dos documentos que as instruírem **[existem]**;
- V. atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora **[feito]**;
- VI. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade **[feito nas fases interna e agora externa]**;
- VII. atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação **[só adjudicação]**;
- VIII. recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões **[não alcançou este estágio]**;
- IX. despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente **[não se aplica ao caso]**;
- X. termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso **[ainda não alcançou este estágio]**;
- XI. outros comprovantes de publicações **[existem]**;
- XII. demais documentos relativos à licitação **[existem]**.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração **[feito]**.

Relativamente à fase interna, Marçal Justen Filho indica que ela se destina a:

- a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros **[não há necessidade]**;
- b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários) **[feito]**;
- c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.) **[feito]**;
- d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação **[feito]**;
- e) verificar os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação **[feito]**.

A supracitada Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública determina em seu Art. 40, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 40. - O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara **(feito)**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação **(feito)**;

III - sanções para o caso de inadimplemento **(feito)**;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico **(feito)**;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido **(feito)**;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta lei, e forma de apresentação das propostas **(feito)**;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos **(feito)**;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto **(feito)**;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais **(feito)**;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48. (Redação da LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998) **(feito)**;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela **(feito)**;

XII - (vetado);

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas **(não se aplica ao caso)**;

XIV - condições de pagamento, prevendo **(feito)**:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta lei **(feito)**;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação **(feito)**;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação;

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

In casu, o **PROCESSO N° 2022.08.12.0003, de 12/08/2022**, está em consonância com as disposições acima citadas.

Por derradeiro, vale ressaltar que a competência para presidir a presente licitação é da **Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA**, pois foi atribuída a esta a realização de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, inclusive de interesse de seus órgãos desconcentrados e entidades vinculadas.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, sobretudo a minuta do edital e seus anexos, está em consonância com os ditames da Lei Federal n° 8.666/93, da Lei Federal n° 10.520/2002, do Decreto Federal n° 3.555/00 e do Decreto Federal n° 5.450/2005 que tratam da modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, razão pela qual esta Procuradoria Geral do Município **opina pela sua aprovação, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu sua elaboração e aprovação. Ato contínuo, encaminhem-se os autos ao Controlador Interno do Município para, na forma do art.74, II da CF, emita Parecer Final.**

Preme-se, finalmente, enquanto condição *sine qua non* à elaboração do contrato, sempre a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das empresas contratadas, na forma do arts.29 e 55, XIII da Lei n° 8.666/93.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, 28 DE FEVEREIRO DE 2023.


ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

OAB/MA 13.109